

CENSURA E ESCOLARIZAÇÃO

SIMMONS, J. S. (org.) (1994) **Censorship: a threat to reading, learning, thinking.** Newark: IRA, 279 p.

A censura é uma questão ideológica e política complexa que influi, direta ou indiretamente, na sociedade como um todo e tem seus reflexos, com maior ou menor amplitude, no ensino-aprendizagem que ocorre em todos os níveis de escolaridade. Poderá se fazer de forma evidente e ostensiva como ocorre nas ditaduras, mas também acontece, ainda que de forma mais sutil, nas democracias.

O livro aqui focalizado trata precisamente da censura na escola, em um contexto de democracia, tomando por base como isto ocorre ou pode acontecer em termos de leitura. Através da referida disciplina acadêmica estabelece um referencial amplo, com base em dados e vivências, para a análise e discussão desta questão. É uma denúncia. É um alerta. É uma oferta de estratégias a serem consideradas em cada realidade.

Simmons é o organizador do livro que conta com a colaboração de muitos especialistas em leitura, ensino, censura. São docentes-pesquisadores vinculados a várias universidades.

Foram escritos 22 capítulos organizados de modo a compor três sessões: Algumas Dimensões do Problema; Queixas e Mudanças em Sala de Aula e Alguns Planos de Ação.

O presidente passado do National Council of Teacher of English, Davis, faz a apresentação de obras como a pedra fundamental no controle e no combate à censura, lembrando que todos os defensores da liberdade se beneficiarão com este trabalho. O prefácio é assinado por Simmons que lembra os perigos de se ignorar a censura, suas novas faces e nuances e esclarece que o propósito da presente coletânea é justamente fornecer uma perspectiva ampla,

abrangente e profunda do cenário atual da censura no contexto educacional.

Cada parte começa com um prólogo sucinto em que o organizador apresenta a estrutura geral da mesma. O primeiro capítulo é assinado por Simmons e enfoca a leitura crítica, cujo conceito é muito controverso, como um meio de recuperação da censura, tornando-a obsoleta e ilógica, já que o leitor tem condições de analisar qualquer tipo de informação a que esteja exposto. Entretanto, é preciso que a educação assegure a formação de leitores críticos. No capítulo seguinte, Whitson mostra que muitos professores não estão cientes do problema da censura ou acham erroneamente que é questão envolvendo apenas alguns aspectos do currículo quando, de fato, pode estar presente em todo o currículo, inclusive nos textos científicos, jurídicos, literários.

Jenkinson apresenta uma síntese de suas pesquisas envolvendo mais de 300 incidentes de protestos contra uso de determinados textos, ao longo de 20 anos. Uma longa trajetória de censuras absurdas mas que tiveram impacto. Lembra a queima de livros como forma de censura. Torna-se imperativo que pais e professores aprendam a reconhecer as muitas táticas que os censores costumam usar para fazer valer suas proposições. O assunto tem continuidade no capítulo seguinte, no qual Marzano enfoca a nova censura, os novos censores que recorrem a estratégias mais sutis. Sem conhecê-los e aos seus recursos fica inviável fazer com que parem de censurar e sejam os juizes de sua própria ação.

Rosenblum apresenta três estudos de caso de censura em relação a livros, ocorridos em escolas e que chegaram à corte de justiça para decisão. Lembra que "uma característica de todos os censores é o desejo de controlar o que os outros lêem, vêem e pensam" (p. 51). O outro lado da questão que vem sendo denominado "politicamente correto" é focado por Simmons, mostrando os riscos que apresenta como uma forma de censura e como restrição à criatividade e à liberdade dos autores. Cria-se a auto-censura e a censura pró-ativa. O autor lembra que para atender ao "politicamente correto" ao escrever um texto para escolas públicas o autor tem que se ater a tantos aspectos que se esvai a possibilidade de criação livre e, se pode dizer, realística. Deve considerar entre outras coisas: porcentagem de negros, índios, chineses, etc presentes no texto; usar nomes de origem latino-espanhola na mesma proporção que os

anglo-saxônicos; evitar pronomes que possam ser associados a vieses sexuais; estar atento à inclusão de aspectos relativos aos direitos do consumidor, excluir críticas a religiões, evitar estereótipos étnicos, evitar posições políticas divergentes e referências a uso de drogas, entre outras restrições para que o texto seja "politicamente correto". São barreiras à criatividade e até mesmo à possibilidade de narração de realidades específicas.

Conrier é autor de livros infanto-juvenis de sucesso (Guerra do Chocolate; Eu Sou o Queijo), fecha esta parte narrando sua vivência e a de uma jovem que foi impedida por seus pais de ler e assistir os debates em classe sobre a Guerra do Chocolate, ficando sentada, sem fazer nada, numa biblioteca, enquanto os colegas estavam entusiasmados, participando dos debates. É enriquecedor ver a censura também do prisma do escritor. Lembra que a censura pode ser uma ato sincero, às vezes desesperado, de pessoas que se sentem ameaçadas pelo mundo em que vivem e no qual estão criando seus filhos.

Na segunda parte são enfocadas condições de ocorrência de censura na escola primária e secundária. Faltou alguns textos enfocando a questão também no terceiro grau.

Shater faz uma análise das definições de alfabetização e métodos de ensino nesta etapa, propostos pelos pesquisadores nos últimos 15 anos. Mostra preconceitos e ocultamento em definições, na objeção de uso a procedimentos e métodos. Muitos preconceitos decorrem do temor das mudanças, outros do desconhecimento ou do ocultamento de informações. Impressões pessoais e boas intenções são, também, tomadas como base para efetivar censura a textos nas escolas como mostra McClain.

A censura na escola emerge em seu próprio interior também vem de fora da escola. Muitos professores são verdadeiros censores de idéias e de respostas em suas próprias classes, lembra e exemplifica muito bem Hydrick. Destaca ainda que o uso ou não de certos materiais não é a única forma de censura. Por vezes, parece haver liberdade intelectual nas suas classes, mas um exame mais crítico explicita a censura. É o que ocorre quando há esquiva de temas controversos, ou uma só visão do mesmo é apresentada, ou quando livros polêmicos são excluídos. Certamente boas escolhas de textos e trabalhos exaustivos com os mesmos levam a uma aprendizagem efetiva, mas isto deve ocorrer sem pré-julgamentos, sem censuras.

A censura externa interfere na escola muitas vezes pela ação dos pais e de grupos organizados da comunidade e até mesmo por pessoas que têm algum poder de decisão. Como exemplo, Hydrick cita um superintendente do sistema de bibliotecas que censurava os livros que o carro biblioteca levava até as escolas, considerando que era sua responsabilidade evitar que os alunos tivessem acesso a "materiais perigosos" e a informação sobre sexo. Fez isto por mais de 25 anos!

Histórias sobrenaturais constituem assunto de interesse para crianças e adolescentes que buscam estes textos como forma de lazer. Tomlinson e Tunnell, revendo a literatura, mostram que esta popularidade entre os alunos não têm sido levada em consideração por adultos que preferem censurar estes textos a usá-los criativa e criticamente, muitas vezes interferindo na possibilidade da criança tornar-se um leitor fluente.

O texto de Gallo começa justamente com um rol de obras da literatura para jovens, considerada dentre as melhores e outras obras da melhor literatura internacional para adultos e que foram vítimas de censuras descabidas. Vale lembrar algumas: As aventuras de Huckleberry (Mark Twain), Antígona (Sófocles), O Mercador de Veneza (William Shakespeare), 1984 (George Orwell), O Mágico de Oz (Frank Baum) entre outros. Nas várias ocasiões, justificativas diversas são usadas e inadvertidamente aceitas por muitos, sem uma devida análise da questão. Mostra também que temendo ataques de censores externos, muitas vezes, professores, bibliotecários, especialistas em meios e administradores optam por assumir o papel de censores, impedindo ainda que dissimuladamente a leitura de outros.

Seguem-se capítulos que tratam da censura nos Estudos Sociais (Nelson), no ensino de História (Allen) e da evolução das espécies (Scharmman).

A parte final é constituída por textos que permitem pensar, analisar criticamente a situação e planejar ações contra a censura na escola. Neste contexto, Spite enfoca a dificuldade de discussão negociada da censura, a necessidade de responder adequadamente a esta questão nos anos noventa, lembrando que é fácil detectar e agir quando a censura se apresenta como uma barulhenta intervenção, mas isto não ocorre quando ela é uma tempestade silenciosa.

Agee dirige suas palavras aos administradores lembrando o papel dos mesmos neste contexto tendo por ponto de partida a censura ao uso do Diário de Anne Frank, nos anos 60, como objeto de estudo na escola secundária. Já Small Jr. procura resposta à questão se os professores devem ser preparados para trabalhar com a problemática da censura ou se isto deve ficar circunscrito à universidade, aos especialistas e aos pesquisadores. A opção é incorporar os docentes. Caracteriza os seguintes tipos de censores (nos quais também os professores se encaixam): I - "Sei o que é melhor para você"; II - "Eu faria isto se fosse você"; III - "Não tente ensinar esta sujeira às minhas crianças". Entretanto, conclui que mais importante do que informar o futuro professor sobre a censura e seus mecanismos e sobre as formas de reação é fazê-los conhecer mais sobre a leitura, desenvolver atitudes positivas em relação à criança, sua criticidade e estimular a busca de novas tecnologias, equipá-los para enfrentar com segurança os censores que venha a encontrar.

Stern, em um texto bem prático, oferece estratégias aos professores de inglês, da escola secundária, para agir em relação à censura. Enfoque similar é encontrado no capítulo de Penway dirigido aos bibliotecários de bibliotecas escolares de nível médio, lembrando-os de adotar o Library Bill of Rights and Freedom to Read Statement, "a melhor expressão dos princípios da liberdade intelectual" (p. 212).

É importante definir políticas transparentes e evitar que ocorra censura já na aquisição, na recomposição e na disponibilidade de material, do acervo para os leitores. Esboça os meios pelos quais grupos podem pressionar as bibliotecas devendo os responsáveis por elas rebatê-los não esquecendo a função da instituição que dirigem.

A temática tem continuidade no discurso de Grantham com relatos vivenciados em escolas.

O último capítulo é de autoria de Donelson que apresenta 10 passos para liberdade de ler: (1) os responsáveis pela escola devem preparar de forma clara, breve e honesta a filosofia educacional da escola; (2) estas afirmativas ou diretrizes devem ser detalhadas pelos departamentos e pela biblioteca; (3) os responsáveis pela escola devem aceitar as assertivas detalhadas para definição de políticas e procedimentos quanto às objeções a materiais didáticos; (4) os responsáveis devem cuidar para que os professores não sejam censores; (5) os responsáveis podem solicitar que os professores justifiquem como ensinam e os materiais que usam; (6) quando um

sensor chega, a escola deve estar preparada e lembrar-se disso ao se relacionar com ele; (7) o censor ou quem quer que proteste deve primeiro conversar com o professor ou com o bibliotecário, antes de qualquer encaminhamento; (8) se o problema não se resolver em sete, orientar quem reclame quanto a aspectos relevantes subjacentes à queixa; (9) se nada do anterior funcionar, formar um comitê para estudar a questão e (10) em situação de absoluta preservação de confiabilidade implantar o decidido pelo seu comitê.

Para facilitar a consulta, há um índice de autores, indicando a condição em que foi citado (figura, nota, tabela, texto). Há ainda um índice de assuntos.

Trata-se de obra de interesse a quem quer que possa ser censor ou vítima da censura, especialmente para os que estão envolvidos com a educação, particularmente os que trabalham com textos.

Geraldina Porto Witter
PUCAMP